



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

02
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

3º TERMO ADITIVO ***PREGÃO PRESENCIAL***

023/2019

CONTRATO Nº 048/2019

OBJETO : Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

EMPRESA:

CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

URGENTE

DE: SECRETARIA DE SAÚDE
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Senhor Prefeito Municipal:

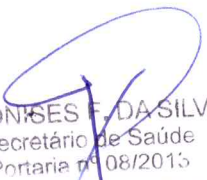
Tendo em vista a necessidade de manter o atendimento médico e Clínico geral na Área da Saúde, solicito a Vossa Excelência que seja prorrogado o Contrato nº 048/2019, relativo ao Processo Licitatório – Pregão Presencial nº 023/2019, por um período de mais 06 (Seis) meses. Tendo em vista que o aprovado no Concurso Público 01/2020 realizado em dezembro do mesmo ano, ainda não foi chamado para assumir a vaga de médico.

A necessidade desta prorrogação se justifica também devido a pandemia do novo Coronavírus – Covid - 19, pois aumentou a demanda aos atendimento médicos, havendo assim a necessidade em manter serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Ressalte-se que a contratada está prestando bons serviços, sendo que se mantiver o mesmo preço somos favoráveis à prorrogação do contrato.

No aguardo de vossa atenção.

São José das Palmeiras, 12 de Janeiro 2021.


ERONISES F. DA SILVA
Secretário de Saúde
Portaria nº 08/2015
ERONISES FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIO DE SAÚDE



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

DE: PREFEITO MUNICIPAL
PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

Senhor Presidente da Comissão:

Estou encaminhando ao setor de Licitação, para que este departamento tome as providências necessárias para efetivação a Prorrogação ao contrato nº 048/2019.

Verifique junto à contadoria se há dotação orçamentária, bem como recursos para a prorrogação e alteração. Em seguida, verifique junto ao Contratado se tem interesse em prorrogar o contrato nas mesmas condições.

São José das Palmeiras, 12 de Janeiro 2021.

NELTON BRUM
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 13 de Janeiro 2021.

DE: SETOR DE CONTABILIDADE
PARA: SETOR DE COMPRAS

Prezado Senhor (a):

Informamos a existência de dotação orçamentária e de recursos para fazer frente à prorrogação de contrato pretendida.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

Jhonni Ricardo de Castro
Contador



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 13 de Janeiro de 2021.

DE: SETOR DE LICITAÇÃO
PARA: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA.

Prezado Senhor (a):

Estamos informando que é do interesse do Município realizar a prorrogação do contrato de prestação de serviços nº 048/2019 por um prazo de 06 (Seis) meses conforme determina lei nº 8.666/93. Sendo assim solicitamos que esta empresa se manifeste no prazo de 03 (Três) dias úteis, dizendo se concorda em manter os mesmo preços cotados, por item, da época da realização da licitação.

No aguardo de vossa manifestação, reiteramos os protestos de consideração.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

Leidislaine Stefani Hoffmann

LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN

Presidente da Comissão de Licitação

h

CLINICA DE MEDICINA E

RESTON LTDA.

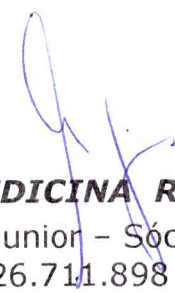
Av. José Bonifácio, 1530 – Centro – São José das Palmeiras
CNPJ: **02.567.891/0001-98**

São José das Palmeiras, 14 de Janeiro 2021.

A
Comissão de Licitação

Em resposta ao Setor de Licitação, ref. ao termo de aditivo do contrato nº 048/2019, Pregão 023/2019 informamos que temos interesse na prorrogação do Contrato, para mais 06 (Seis) meses.

Atenciosamente



CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA
Miguel Júri Reston Junior – Sócio Administrador
RG no 8.026.711.898 SSP/RS
CPF no 524.864.430-53



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

PARECER JURÍDICO

**ASSUNTO: PARECER JURÍDICO –
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE
LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº
023/2019 CONTRATO: Nº048/2019 DATA:
13 DE JULHO DE 2020**

RELATÓRIO

Trata-se de análise dos autos para Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2019, celebrado entre o Município de São José das Palmeiras e a empresa Clínica de Medicina Reston LTDA, o qual tem por objetivo a realização de aditivo para prorrogação de prazo ao contrato inicial diante da necessidade de manter os serviços de forma contínua até a contratação por concurso público, conforme expressa declaração das justificativas dos autos do 1º e 2º termo aditivo do referido contrato, qual seja, contrato 048/2019.

PREVISÃO CONTRATUAL DO PROLONGAMENTO DA VIGÊNCIA

Todo contrato administrativo deve, obrigatoriamente, possuir cláusula que indique o prazo de sua vigência (artigo 55, inciso IV, lei 8.666/93). Logo, a possibilidade jurídica de renovação contratual reclama previsão expressa no contrato, porquanto diz com sua vigência.

Em análise da Cláusula Quarta resta cristalino que tal prolongamento é admitido. O contrato 048/2019 já teve duas prorrogações, sendo a última assinada em 15 de Julho de 2020 com vigência até o dia de 16 de Fevereiro de 2020. Estando estas prorrogações detalhadamente explicadas em seus autos de termo aditivos.

q. Gabriel



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Dessa forma, a demanda do gestor do contrato, no sentido de sua terceira renovação é juridicamente possível, diante também da justificativa para tal ato, considerando que não foi possível chamar o candidato aprovado em concurso público, tendo em vista que o concurso que estava previsto para ser realizado no dia 05/04/2020 (prova escrita) e 19/04/2020 (prova de títulos e prática) não pode ser efetuado, em observância ao Decreto Municipal nº 027/2020, e por meio do Edital nº 04/2020 adiou o concurso que estava para ser realizado.

No dia 06 de dezembro de 2020 por meio do Edital nº 01/2020 foi realizado o concurso público, no qual teve como aprovado o candidato Marcos Horikawa JR para ocupar o cargo de Médico.

Entretanto não há tempo para a contratação antes do final do 2º Termo aditivo do contrato de nº048/2019. É pela necessidade de atendimento médico no posto de saúde, faz-se necessário pela 3ª vez a prorrogação.

NORMA DE REGÊNCIA: ARTIGO 57, INCISO II, LEI 8.666/93

De modo ligeiramente atécnico, a Lei nº 8.666/93 menciona a possibilidade de “prorrogação” dos contratos administrativos nas hipóteses elencadas em seu artigo 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de “prorrogação” dos contratos de prestação de serviços contínuos, cujos requisitos estão postos no inciso II, parágrafo 2º:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Galvão



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

A doutrina dispõe que tal dispositivo não cuida propriamente de prorrogação, mas de renovação contratual. A prorrogação em sentido estrito é conceito que se reserva para os casos de postergação dos prazos de início de execução, de entrega do objeto ou conclusão de obra, e sua aplicação decorre de eventos imprevisíveis para os quais não concorreu o contratado; suas hipóteses estão nos incisos do parágrafo 1º do artigo 57, Lei 8.666/93. Já o parágrafo 2º, apesar de dispor de “prorrogação”, trata na verdade de uma “renovação” que consiste em verdadeira repetição do contrato firmado por mais um período.

De toda sorte, é comum na doutrina e na jurisprudência abranger pelo significante “prorrogação” tanto a renovação como a prorrogação *stricto sensu*.

Na espécie, se a única modificação ao Contrato nº 048/2019, é a extensão de sua vigência por mais 06 (seis) mês, sem acréscimo do valor global do contrato, será, portanto o caso de renovação contratual.

NATUREZA CONTÍNUA DO SERVIÇO

Com Joel de Menezes Niebuhr, devemos convir que para que um serviço seja tido por contínuo faz-se necessário, antes de tudo, que seu conteúdo jurídico seja uma obrigação de fazer (*obligatio faciendi*) e não uma obrigação de dar, como é próprio das aquisições. Assevera ainda ao renomado autor:

Em abordagem inicial, serviços contínuos, como o próprio nome revela, são aqueles prestados sem interrupção, sem solução de continuidade. Portanto, serviços que são prestados eventualmente não são



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

qualificados como contínuos. Todavia, para qualificar serviço como contínuo não é necessário que o prestador do serviço realize algo em favor da contratante diariamente. Por exemplo, serviços de manutenção de bens móveis ou imóveis são qualificados como contínuos, muito embora não seja usual necessitar os préstimos do contratado diariamente. Então, a rigor, serviços contínuos são aqueles em que o contratado põe-se à disposição da Administração de modo ininterrupto, sem solução de continuidade. Em vista disso, pode-se dizer que, em regra, os serviços contínuos correspondem à necessidade permanente da Administração, a algo que ela precisa dispor sempre, ainda que não todos os dias.¹

Nesse sentido temos também o entendimento de Marçal:

A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita.²

A rigor, cabe à Administração Pública, diante do caso concreto, caracterizar que o serviço que se busca contratar tem natureza continuada. Dessa forma, e em homenagem ao princípio da segregação de funções – que orienta a atividade de controle –, também não caberia a esta Assessora Jurídica definir a “continuidade” do serviço.

O que se faz é realizar um controle sobre de que modo o Departamento de Saúde e a Autoridade Competente interpreta o conceito de continuidade, mas tão somente para o fim de coibir eventuais excessos ou imprecisões técnicas.

¹ NIEBURH, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp. 727-728.

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 949.

g. Labal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Na espécie, acredita-se que o traço da continuidade se encontra presente. O objeto contratado é necessário ao Município de modo perene, e não eventual, sendo que, saúde é um dever do Município, e sem médicos não é possível dar um bom atendimento a população.

Como já é notório, os Municípios pequenos enfrentam sérias dificuldades com relação a contratação de médicos, pois muitos profissionais não se interessam em concursos públicos nessas localidades, tendo em vista,

a localização geográfica e o valor salarial oferecido; O que obriga a Administração a contratar através de processos licitatórios, enquanto não há médicos interessados em assumir concurso público.

Dessa forma entende-se que a área de serviços pertinentes a saúde é indispensável, e que a população não pode ficar desamparada. Entretanto salienta-se que deve ser tomado as medidas cabíveis para que o cargo de médico seja preenchido pelo processo na modalidade concurso público.

LIMITE TEMPORAL MÁXIMO DE 60 MESES

Celebrado originalmente em 16 de Julho de 2019 e renovado em 13 de janeiro de 2020 e 15 de julho de 2020, então com a presente renovação o contrato somara 24 meses, de modo que pode ser novamente renovado.

JUSTIFICATIVA POR ESCRITO DA MANUTENÇÃO DO AJUSTE

O Departamento de Saúde através de seu secretário aponta que é necessário a manutenção do contrato, até que seja finalizado a contratação do médico pelo Concurso Público. Informa ainda, a contratada tem cumprido suas obrigações contratuais de forma satisfatória, e ainda, verifica-se no Município um aumento exponencial do número de casos de COVID-19, o que necessita do máximo de contingente médico para um atendimento de qualidade e preventivo.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Pressupõe com isso, que não foram aplicadas sanções por inexecução contratual.

Quanto à economicidade dos preços praticados, insta asseverar que não poderá haver reajuste de preço, somente prorrogação de prazo.

Não sem antes ressaltar que a emissão deste pronunciamento jurídico restringe-se aos aspectos jurídicos formais.

REGULARIDADE FISCAL E JURÍDICA

Como se sabe, deve haver comprovação da regularidade fiscal da contratada, condição de regularidade para contratar com ente público é exigência contida na Constituição Federal, em seu art. 195, § 3º, bem como no art. 29, inciso IV, Lei 8.666/93, e deve ser observada não só quando da celebração contratual originária, mas em todo e qualquer aditivo contratual que importe em renovação de vigência.

RESSALVAS

É importante ressaltar que a este jurídico cabe, a análise sobre o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa, o que deverá ser realizada em cada caso concreto pelos setores competentes, no caso, o Departamento de Saúde.

Ademias, o contrato que se pretende editar carrega a possibilidade de alteração, na forma mencionada acima.

Igualmente, o contrato se encontra vigente.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Frisasse que o contrato firmado entre as partes pode ser alterado nos casos previstos no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666 de 1993, desde que haja interesse da Administração e para atender ao interesse público, o que é o caso.

CONCLUSÃO

A solicitação atende aos requisitos legais pertinentes, nada obstando que o presente Termo de Aditivo possa ser assinado pelos contratantes, desde que atendidas às ressalvas.

In casu, verifica-se que a pretensa prorrogação de prazo se encontra justificada pela autoridade competente; quando informa, que a prorrogação é necessária diante da necessidade do atendimento médico para a população de imediato; Além de que apenas está se prorrogando, pois com a epidemia que se instalou no mundo no ano de 2020, o concurso que estava previsto para abril de 2020 não pode ser realizado.

Entretanto conforme exposto em dezembro de 2020 a prova foi concluída e a vaga por meio de concurso público poderá ser preenchida nos próximos meses e a população do município não ficará desamparada na área da saúde.

Essa Assessora Jurídica esclarece que entende a situação e a necessidade da prorrogação, e entende que há amparo legal na lei 8.666/93.

Todavia deixa sua irresignação em relação às prorrogações, e pugna pela contratação do candidato aprovado em concurso público.

É o parecer

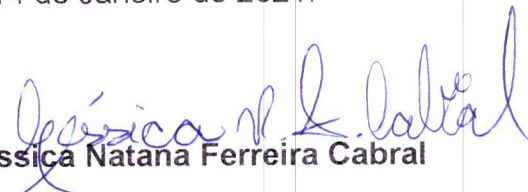


Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras – PR. 14 de Janeiro de 2021.


Géssica Natana Ferreira Cabral

OAB/PR 79.855

Assessora Jurídica



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

INTERESSADA: SECRETARIA DE SAÚDE

ASSUNTO: SOLICITA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇOS 048/2018

Trata o presente pedido do Secretário Municipal de Saúde Sr. Eronises Fernandes da Silva, da Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços nº 048/2019, Pregão Presencial nº 023/2019, justificando a urgência na necessidade de manter os serviços médicos de clínico geral, no posto municipal de saúde de São José das Palmeiras/PR.

Alega o Secretário Municipal de Saúde que:

- a prorrogação do contrato pelo período de 6 (seis) meses, é imperiosa em razão da necessidade de se manter os serviços médicos no município, pois além das demandas cotidianas enfrentamos a grande Pandemia do Novo Coronavírus – Covid 19; por não ter existido tempo hábil para a contratação do médico aprovado em concurso realizado em 06 de dezembro de 2020 há necessidade da manutenção dos serviços da Clínica de Medicina Reston Ltda.

O Departamento de Contabilidade informou existir dotação e recursos disponíveis. A empresa contratada informou ter interesse na prorrogação.

A Assessoria Jurídica manifestou-se favoravelmente, apesar das ressalvas.

Informo, que apesar de haver aprovação em Concurso Público - vaga de médico, para assumir as responsabilidades no posto de saúde do Município de São José das Palmeiras/PR. A prestação de serviços fornecidos pela Clínica de Medicina Reston Ltda, se encerraria no dia 16 de Janeiro de 2021, por essa razão existe a necessidade da prorrogação do Contrato, pois a população do município não pode permanecer sem atendimento médico durante os trâmites legais da convocação do candidato aprovado no concurso público.

Infelizmente, nosso município enfrenta dificuldades nas contratações dos serviços oferecidos por cargos de concursos públicos, entretanto as necessidades dos municípios são diárias e precisam ser atendidas e o município não pode ser privado da efetiva prestação de serviços em áreas tão vitais para seu bem estar, como a saúde.

O contrato em questão foi realizado com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), através da modalidade de Processo de Pregão 023/2019. Como bem explanado pelo ilustre Procurador Jurídico, é possível ao ente público promover a prorrogação do contrato, com base no art. 57, II da citada norma legal.

Dessa forma se vê necessário a prorrogação por mais 06 (Seis) meses do Contrato 048/2019.

A Lei Orçamentária previu as verbas necessárias ao programa. Assim sendo, diante da notória necessidade de continuidade do serviço, verificou-se que tal aditivo não irá



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

suplementar o teto da modalidade licitatória, AUTORIZO a prorrogação supra, que deverá ser realizada mediante o competente termo aditivo

São José das Palmeiras, 14 de Janeiro de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2019- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial nº PG/GC 023/2019, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG nº 5.187.371-8 Pr, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.567.891/0001-98, estabelecida na Av. José Bonifácio, 1504 – Sala /centro – São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Miguel Juri Reston Junior, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.026.711.898 SSP/RS e CPF/MF nº 524.864.430-53, residente e domiciliado na Avenida José Bonifácio, 1530 – centro – São José das Palmeiras - PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CONSIDERANDO:

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições;

Que o próprio texto legal prevê, Artigo 57 no inciso II da lei 8.666/93, que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permitem a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA**, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

DAS ALTERAÇÕES

A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos) por consulta, totalizando o valor de R\$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil e quinhentos reais) até término do contrato. As faturas deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

A Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 16 de Agosto de 2021, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	2470	06.002.10.302.0007.2047	303	3.3.90.34.00.00	Do Exercício *
2019	2471	06.002.10.302.0007.2047	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Clausula Oitava passa ter a seguinte redação:

Clausula Oitava Os serviços deverão prestados pela CONTRATADA, no Posto de Saúde do Município de São José das Palmeiras, no período da manhã, das 8:30 às 11:30 horas.

Paragrafo Único: O prazo de execução dos serviços será de 24 (Vinte e quatro) meses.

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 16 de Julho de 2019, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 14 de Janeiro de 2021.

Contratante

Município de São José das Palmeiras
NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Contratada

CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA.
Miguel Júri Reston Junior – Sócio Administrador
R. G. n.º 8026711898-SSP/RS



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2019- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA

Fundamento: ART. 57, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo constante na cláusula terceira: de R\$ 230.625,00 (Duzentos e trinta mil seiscientos e vinte cinco reais), para de R\$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil e quinhentos reais) até término do contrato.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 16 de fevereiro de 2021, para de 16 de Agosto de 2021.

Altera a execução Contrato, constante na Clausula Oitava de 18 (dezoito) meses, para 24 (vinte e quatro) meses.

São José das Palmeiras/PR, 14 de Janeiro de 2021.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Amigável do contrato nº 042/2018

DATA DE ASSINATURA: 22 de Julho de 2018.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 14 de Janeiro de 2021

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:646F0B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
048/2019- SJP PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
048/2019- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA

Fundamento: ART. 57, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo constante na cláusula terceira: de R\$ 330.625,00 (Duzentos e trinta mil seiscentos e vinte e cinco reais), para de R\$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil e quinhentos reais) até término do contrato.

Altera a duração do contrato, constante da Cláusula Quarta, de 16 de fevereiro de 2021, para de 16 de Agosto de 2021.

Altera a execução Contrato, constante na Cláusula Oitava de 18 (dezoito) meses, para 24 (vinte e quatro) meses.

São José das Palmeiras/PR, 14 de Janeiro de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:3A3BEB9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 192/2020 PREGÃO
PRESENCIAL 101/2020 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Objeto: aquisição de kits escolares compostos por: caneta esferográfica, lápis grafite, lápis de cor, giz de cera, régua, borracha, apontador, tesoura e cola branca, para uso dos alunos do ensino fundamental do Município de São Pedro do Iguaçu/PR.

Dotação orçamentária: Recursos na natureza de despesa 3.3.90.32.00, reduzido 242, conforme indicação contábil.

Vigência: 06 (seis) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2021

Contratada: MAQPEL PAPELARIA E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Valor: R\$ 5.178,00 (cinco mil cento e setenta e oito reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2021

Contratada: PAPIROS MÓVEIS E ELETRO EIRELI - ME

Valor: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Publicado por:

Renata de Lima Barbosa

Código Identificador:68618686

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 193/2020 PREGÃO
PRESENCIAL 102/2020 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Objeto: aquisição de material hospitalar.

Dotação orçamentária: Recursos na natureza de despesa 3.3.90.30.00, reduzido 454, conforme indicação contábil.

Vigência: 12 (doze) meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003/2021

Contratada: DENTAL SHOW COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTO E HOSP EIRELI

Valor: R\$ 14.903,72 (quatorze mil novecentos e três reais e setenta e dois centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2021

Contratada: ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor: R\$ 12.449,94 (doze mil quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005/2021

Contratada: HORTOPLUS PRODUTOS ODONT E HOSPITALARES LTDA - ME

Valor: R\$ 12.216,70 (doze mil duzentos e dezesseis reais e setenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006/2021

Contratada: MAGNUS MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS

Valor: R\$ 23.055,56 (vinte e três mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007/2021

Contratada: NOVA FASE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Valor: R\$ 9.811,98 (nove mil oitocentos e onze reais e noventa e oito centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008/2021

Contratada: PHARMED COM. E DISTRIB. DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Valor: R\$ 8.986,51 (oito mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009/2021

Contratada: VEM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA

Valor: R\$ 7.004,70 (sete mil e quatro reais e setenta centavos).

Publicado por:

Renata de Lima Barbosa

Código Identificador:EF3ABAD1

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 043, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 043, de 14 de janeiro de 2021.

Nomeia Assistente de Gabinete de Secretário da Educação, Cultura e Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 18 de janeiro de 2021, a Sra. **TAIS MARIA DA HORA SANTANA**, para exercer o cargo comissionado de Assistente de Gabinete de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Símbolo CC-3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18 de janeiro de 2021.

Anotar-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 14 de janeiro de 2021.

JOSE AROLD MALVESTIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Larissa Gabrielli Danzer

Código Identificador:D5AD4EBC



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA
CNPJ: 02.567.891/0001-98

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

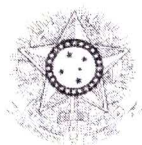
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:16:43 do dia 14/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/04/2021.

Código de controle da certidão: **EEB7.01B9.360F.2100'**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.567.891/0001-98

Certidão nº: 538392/2021

Expedição: 11/01/2021, às 11:10:33

Validade: 09/07/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.567.891/0001-98**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023278879-25

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **02.567.891/0001-98**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/05/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 02.567.891/0001-98
Razão Social: CLINICA DE MEDICINA E FISIOTERAPIA RESTON LTDA
Endereço: AV JOSE BONIFACIO 1504 / CENTRO / SAO JOSE DAS PALMEIRAS / PR / 85898-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.


O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/01/2021 a 03/02/2021

Certificação Número: 2021010501361316055650

Informação obtida em 11/01/2021 11:18:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

			
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS			
CERTIDÃO NEGATIVA 429/2020			
IMPORTANTE:		FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 22/02/2021. SEM RASURAS E NO ORIGINAL.	
REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.			
FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA			
INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
106	02.567.891/0001-98	ISENTA	63
ENDEREÇO AVENIDA JOSE BONIFACIO, 1504 - BENTHEIN CEP: 85898000 São José das Palmeiras - PR			
CNAE / ATIVIDADES Atividades de fisioterapia. Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos. Atividade médica ambulatorial restrita a consultas			

CÓD. AUTENTICAÇÃO:9ZTMZCS2QE5CC4X849Q9CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE PELA INTERNET EM São José das Palmeiras, 24 de Dezembro de 2020
QUALQUER RASURA INVALIDARÁ ESSE DOCUMENTO

Art. 2º- Fica nomeado como tesoureiro da data de 13-01-2021 a 31-12-2021.

Art. 3º- A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revoga-se a Portaria nº 08/2020, e as demais disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Plenário Vereador Elias Sutil de Oliveira, em 13 de Janeiro de 2021.

JOVANE DE OLIVEIRA

Presidente

Publicado por:

Silvio Sandro de Souza

Código Identificador:E5B0F093

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 029/2021 - NOMEIA CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO**

PORTARIA N.º 029/2021

DATA: 13 de janeiro de 2021

SÚMULA: Nomeia cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 590/2017,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a senhora **GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL**, portadora do RG nº **9.671.978-7/PR** no cargo de **ASSESSORA JURÍDICA**, cargo de provimento em comissão, Símbolo CC -I da tabela de vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 13 de janeiro de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:FA713B2E

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 010/2021 -CONCEDE FÉRIAS PARA
SERVIDORES MUNICIPAL**

PORTARIA N.º 010/2021

DATA: 05 de Janeiro de 2021

SÚMULA: Concede férias para servidores municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 590/2017

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a partir desta data, férias aos servidores mencionados nos anexos desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 05 de Janeiro de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA N.º 010/2021	
Nome	Cargo
Alexandre Arnoldo Dapper	Motorista
José Marcos dos Santos	Motorista

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:E48A667D

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 019/2021 - CONCEDE FÉRIAS PARA
SERVIDOR MUNICIPAL**

PORTARIA N.º 019/2021

DATA: 06 de janeiro de 2021

SÚMULA: Concede Férias para Servidor Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 590/2017;

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a partir desta data, férias para o servidor **JOSE ANTONIO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **VIGIA NOTURNO**.

Art. 2º - As férias mencionadas no artigo anterior referem-se ao período aquisitivo 2019/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 06 de janeiro de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Aparecida Conceição Santana Ribeiro

Código Identificador:9FFF7599

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.021/2021 - CONCEDE FÉRIAS PARA
SERVIDORES MUNICIPAIS**

PORTARIA N.º 021/2021

DATA: 07 de Janeiro de 2021

SÚMULA: Concede férias para servidores municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal 590/2017;

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a partir desta data, férias aos servidores mencionados nos anexos desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 07 de Janeiro de 2021.